

ENTRE LUZES E SABERES: O CINECLUBE ESCOLAR COMO DISPOSITIVO DE EMANCIPAÇÃO CULTURAL E FORMAÇÃO CRÍTICA EM GOIÂNIA - GO

BETWEEN LIGHTS AND KNOWLEDGE: THE SCHOOL FILM CLUB AS A
DEVICE FOR CULTURAL EMANCIPATION AND CRITICAL DEVELOPMENT IN
GOIÂNIA - GO

Ciências Humanas • 15/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/786773240](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/786773240)

Eliane Dias de Souza¹

Dostoiewski Mariatt de Oliveira Champangnatte²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central analisar o cineclube escolar enquanto prática pedagógica, cultural e política capaz de promover processos de emancipação e formação crítica de estudantes da educação básica em Goiânia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica e documental, fundamentada teoricamente em autores como Almeida (2017), Beloni (2019), Champagnatte (2011), Bergala (2008) e Biagetti e Araújo (2021), que discutem as relações entre cinema, educação e mediação cultural. O foco de análise recai sobre as potencialidades formativas do cineclube, os desafios de sua implementação no contexto escolar goiano e sua articulação com políticas públicas para o audiovisual, especialmente a Lei nº 13.006/2014. Entre os principais achados, destacam-se: a contribuição do cineclube para o letramento midiático e a ampliação de repertórios culturais; a necessidade de formação docente específica para mediação cinematográfica; e a importância de políticas intersetoriais que garantam a sustentabilidade dessa prática como política educacional e cultural.

Palavras-chave: Cineclube Escolar; Emancipação Cultural; Formação Crítica; Mediação Cinematográfica; Políticas do Audiovisual.

ABSTRACT

This article aims to analyze the school film club as a pedagogical, cultural, and political practice capable of promoting processes of emancipation and critical development among basic education students in Goiânia. This is a qualitative, bibliographic, and documentary study, theoretically grounded in authors such as Almeida (2017), Beloni (2019), Champagnatte (2011), Bergala (2008), and Biagetti and Araújo (2021), who discuss the relationships between cinema, education, and cultural mediation. The analysis focuses on the formative potential of film clubs, the challenges of

their implementation in the school context of Goiás, and their alignment with audiovisual public policies, especially Law No. 13.006/2014. Key findings include: the contribution of film clubs to media literacy and the expansion of cultural repertoires; the need for specific teacher training for cinematic mediation; and the importance of intersectoral policies to ensure the sustainability of this practice as an educational and cultural policy.

Keywords: School Film Club; Cultural Emancipation; Critical Development; Cinematic Mediation; Audiovisual Policies.

1. INTRODUÇÃO

O século XXI consolidou o audiovisual como linguagem central na produção e circulação de sentidos na cultura contemporânea. Nas escolas, essa presença tornou-se cada vez mais expressiva, impulsionada pela popularização das tecnologias digitais, pela intensificação do consumo mediático e, mais recentemente, pelas transformações pedagógicas decorrentes da pandemia de COVID-19. Nesse contexto, compreender o papel formativo do cinema na educação deixa de ser uma opção e torna-se uma necessidade epistemológica e política. Como afirma Almeida (201), - o cinema pode ser considerado como uma produção cultural que não apenas inventa histórias, mas que, na complexidade da produção de sentidos, vai criando, substituindo, limitando, incluindo e excluindo 'realidades'.

Nesse cenário, o cineclube escolar emerge como uma prática que transcende o uso instrumental de filmes em sala de aula. Diferentemente da exibição pontual de obras cinematográficas como ilustração de conteúdos curriculares, o cineclube constitui um espaço de fruição estética, debate coletivo e reflexão crítica, onde

estudantes desenvolvem competências de leitura e interpretação das imagens. Bergala (2008) defende uma "pedagogia do fragmento", pautada no trabalho com trechos de filmes e análises centradas no plano, para que se capte "a arte de um cineasta e um momento da história do cinema". Essa abordagem desloca o foco da decodificação para a experiência criativa, aproximando cinema e educação por vias sensíveis e poéticas.

Apesar de seu potencial formativo, a implementação de cineclubes nas escolas brasileiras permanece marcada por lacunas estruturais e descontinuidades políticas. A Lei nº 13.006/2014, que estabeleceu a obrigatoriedade da exibição mensal de filmes nacionais nas instituições de educação básica, representou um marco simbólico importante. Contudo, conforme apontam estudos reunidos no documento Cinema e Educação: reflexões sobre a Lei nº 13.006/2014 (2020), a legislação tem se mostrado de difícil operacionalização na prática, devido à ausência de diretrizes pedagógicas, infraestrutura adequada e formação específica para professores.

Em Goiás, esse quadro ganha contornos particulares. O estado possui um ecossistema audiovisual emergente, com festivais consolidados como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), produções independentes e iniciativas de cineclubes escolares e comunitários (Biagetti; Araújo, 2021). Nesse contexto, o cineclubes escolar pode atuar como dispositivo de fortalecimento da identidade cultural regional, de democratização do acesso ao cinema e de formação de novos públicos e profissionais da economia criativa.

Diante desse panorama, emerge a seguinte questão-problema: de que modo o cineclubes escolar pode se configurar como prática de

emancipação cultural e formação crítica em Goiânia, considerando os desafios estruturais, as políticas públicas para o audiovisual e as mediações pedagógicas necessárias? Para respondê-la, este artigo tem como objetivo geral analisar o cineclube escolar enquanto dispositivo de emancipação cultural e formação crítica, com ênfase no contexto de Goiânia. Como objetivos específicos, propõe-se: (1) compreender os fundamentos educativos do cinema a partir de uma perspectiva hermenêutica; (2) examinar os desafios e potencialidades da implementação de cineclubes escolares em Goiás; e (3) discutir articulações possíveis entre políticas públicas, formação docente e práticas cineclubistas.

A justificativa deste estudo reside na escassez de pesquisas que articulem cineclubismo escolar, políticas públicas e desenvolvimento regional no contexto pós-pandemia. Além de contribuir para o campo acadêmico, a pesquisa oferece subsídios para a formulação de políticas integradas entre cultura e educação, propondo caminhos para a institucionalização do cineclube como prática pedagógica contínua. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e documental, com análise fundamentada em autores da mídia-educação, da teoria das mediações e dos estudos sobre cinema e educação, conforme detalhado nas seções seguintes.

2. FUNDAMENTOS HERMENÊUTICOS DO CINEMA NA EDUCAÇÃO: ENTRE COGNIÇÃO, ESTÉTICA E EXISTÊNCIA

A relação entre cinema e educação abrange tanto o uso escolar das obras audiovisuais quanto os processos mais amplos pelos quais as sociedades produzem e fazem circular conhecimentos, valores, sensibilidades e modos de compreender a realidade. Almeida (2017)

explica que a diversidade de abordagens decorre da própria amplitude do conceito de educação, que pode ser entendido em sentido institucional ou como formação cultural desenvolvida em diferentes espaços sociais.

Uma distinção conceitual importante separa o uso instrumental do cinema de sua compreensão como experiência formativa. Na primeira abordagem, o filme é utilizado principalmente como recurso para ilustrar conteúdos previamente definidos. Napolitano (2003) reconhece as possibilidades pedagógicas desse uso, mas a literatura alerta para o risco de subordinar a obra cinematográfica a atividades que desconsiderem sua linguagem e sua dimensão artística. Em outra direção, Xavier (2005; 2008) compreende o cinema como discurso que organiza modos de ver e interpretar o mundo, razão pela qual sua contribuição educativa se relaciona à capacidade de provocar reflexão.

A abordagem hermenêutica adotada neste estudo compreende a formação como processo de produção e interpretação de sentidos. Almeida (2017) apresenta o cinema por meio de três vetores complementares: tela, entendida como dispositivo, linguagem e arte; espelho, relacionado aos processos de identificação e projeção; e janela, vinculada às maneiras pelas quais as obras propõem interpretações da realidade. Esses vetores permitem examinar a relação entre a materialidade do filme, a subjetividade do espectador e os mundos apresentados pelas narrativas.

Almeida (2017) também sistematiza sete fundamentos educativos do cinema: cognitivo, filosófico, estético, mítico, existencial, antropológico e poético. O fundamento cognitivo envolve as inferências realizadas pelo espectador; o filosófico reconhece a

imagem como forma de pensamento; o estético relaciona-se à sensibilidade e à experiência dos sentidos; e o mítico corresponde à circulação de narrativas e conflitos humanos. O fundamento existencial favorece a reflexão do sujeito sobre si; o antropológico aproxima cinema, imaginário e emoção; e o poético se refere à capacidade da linguagem cinematográfica de produzir experiências de criação. Esses fundamentos atuam de forma articulada, e não como dimensões isoladas.

O cineclube pode ser definido como espaço organizado de exibição, fruição, debate e formação cultural. Diferencia-se da apresentação ocasional de filmes porque pressupõe continuidade, curadoria e participação coletiva. No ambiente escolar, sua organização pode envolver a escolha temática das obras, a contextualização das sessões, a mediação dos debates e a participação dos estudantes na divulgação, na produção audiovisual e na avaliação das atividades.

A curadoria corresponde ao processo de seleção e organização das obras segundo objetivos culturais e formativos. A mediação cinematográfica, por sua vez, não consiste em fornecer uma interpretação pronta, mas em criar condições para que os espectadores observem a linguagem audiovisual, formulem perguntas, confrontem diferentes leituras e relacionem as narrativas às experiências sociais. Assim compreendido, o cineclube articula experiência estética, leitura crítica das imagens e participação, oferecendo a base conceitual para a análise apresentada nas seções seguintes.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, adequada à compreensão dos fundamentos educativos do cinema e das possibilidades de inserção do cineclube no espaço escolar. O levantamento bibliográfico reúne livros e artigos científicos sobre cinema e educação, cineclubismo, mídia-educação e mediação cultural, com ênfase nas contribuições de Almeida (2017), Bergala (2008), Belloni (2019), Champagnatte e Nunes (2011) e Biagetti e Araújo (2021). A pesquisa documental contempla a Lei nº 13.006/2014, a Base Nacional Comum Curricular e documentos relacionados às políticas públicas para o audiovisual e à educação básica.

O percurso metodológico compreende a identificação, a leitura e a organização das fontes conforme sua relação com o problema e os objetivos do estudo. Inicialmente, realiza-se uma leitura exploratória dos materiais para reconhecer os conceitos centrais e selecionar as contribuições pertinentes. Em seguida, procede-se à leitura analítica, mediante o confronto entre as formulações teóricas, as determinações dos documentos educacionais e as produções relacionadas às experiências cineclubistas.

A análise é organizada por aproximação temática e interpretação crítica das fontes, com apoio dos princípios da análise de conteúdo apresentados por Bardin (2011). Os materiais são examinados a partir de três eixos: fundamentos educativos do cinema; desafios, mediações e potencialidades do cineclube escolar em Goiânia; e articulações entre políticas públicas, formação docente e desenvolvimento regional. Esse procedimento permite estabelecer relações entre o referencial teórico, os documentos selecionados e os objetivos da pesquisa, sem atribuir caráter empírico aos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica e documental permitiu organizar os resultados em três eixos relacionados à inserção do cineclube na educação básica: as potencialidades formativas da experiência cinematográfica; os desafios materiais, pedagógicos e institucionais para sua implementação; e as relações entre cineclubismo, políticas públicas e desenvolvimento regional. Os achados decorrem da aproximação crítica entre o referencial teórico, a legislação educacional e as produções sobre experiências cineclubistas em Goiás.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e documental, os resultados apresentados não correspondem a dados obtidos mediante observação direta ou aplicação de instrumentos em unidades escolares. Eles expressam uma síntese interpretativa das convergências, tensões e lacunas identificadas nas fontes examinadas. Essa análise possibilita compreender que a contribuição educativa do cineclube não se limita à exibição de filmes, pois envolve curadoria, mediação pedagógica, debate coletivo, participação estudantil e articulação com os objetivos educacionais.

A discussão também considera as condições necessárias à continuidade dessas iniciativas. A presença de recursos audiovisuais, embora importante, não assegura uma experiência formativa quando permanece desvinculada da preparação docente, do planejamento institucional e das políticas de acesso à cultura. Desse modo, os três eixos orientam a interpretação das possibilidades e dos limites do cineclubismo escolar, relacionando a dimensão estética do cinema às condições concretas de sua inserção na

educação básica e às particularidades culturais e educacionais de Goiás.

4.1. Potencialidades Formativas do Cineclube Escolar

A análise dos fundamentos educativos demonstra que a atividade do espectador participa da construção do filme. No fundamento cognitivo, Bordwell (1996, apud Almeida, 2017) explica que a compreensão narrativa envolve percepção, formulação de hipóteses e inferências produzidas a partir das informações organizadas pela obra. No âmbito do cineclube, esse processo aparece quando os estudantes identificam relações entre planos, personagens, temporalidades e pontos de vista durante a exibição e o debate.

Os fundamentos filosófico e estético ampliam essa compreensão. Deleuze (1985) reconhece que os cineastas pensam por meio de imagens-movimento e imagens-tempo, enquanto Almeida (2017) relaciona a experiência cinematográfica à articulação entre razão, emoção e sensibilidade. O resultado dessa aproximação indica que o trabalho escolar com cinema não deve se limitar à identificação do assunto tratado pelo filme, pois escolhas de montagem, enquadramento, som e ritmo também produzem sentidos.

Os fundamentos mítico, existencial e antropológico esclarecem como as narrativas cinematográficas mobilizam conflitos, identificações e interpretações da experiência humana. Campbell (1993) analisa estruturas narrativas recorrentes, enquanto Morin (2014, p. 15) demonstra que o espectador reconhece o caráter ilusório da projeção sem perder o sentimento de realidade. No cineclube, essas dimensões favorecem a comparação entre histórias, valores,

identidades e formas de vida, desde que a mediação acolha diferentes leituras e evite transformar a obra em mensagem única.

O fundamento poético completa a análise ao compreender o cinema como linguagem capaz de produzir estados de criação. Merleau-Ponty (1983, apud Almeida, 2017, p. 115-116) relaciona a linguagem poética à produção de uma experiência que não se reduz à exposição didática de ideias. Em conjunto, os sete fundamentos permitem interpretar o cineclube como prática que mobiliza cognição, pensamento, sensibilidade, imaginário, reflexão de si, emoção e criação.

No contexto goiano, o cineclube escolar emerge como prática que articula fruição estética, mediação crítica e formação cidadã. Pesquisas como O Cineclubismo em Goiás (Biagetti; Araújo, 2021) evidenciam que, apesar da diversidade de formatos, essas iniciativas compartilham elementos estruturais comuns: curadoria temática, sessões seguidas de debate e organização colaborativa.

A curadoria temática dialoga com conteúdos curriculares, problemáticas sociais contemporâneas e produções audiovisuais locais. Em Goiás, é recorrente a utilização, pelos cineclubes escolares, de filmes exibidos no FICA, fortalecendo vínculos entre escola, comunidade e patrimônio ambiental do Cerrado. Como observam Biagetti e Araújo (2021, p. 45), "o cineclube escolar pode atuar como condutor de fortalecimento da identidade cultural regional, de democratização do acesso ao cinema e de formação de novos públicos".

As sessões seguidas de debate constituem espaços privilegiados de mediação crítica. Nessas ocasiões, as discussões estimulam a leitura

crítica das imagens, o desenvolvimento da argumentação e a contextualização social das narrativas. Fantin e Girardello (2019, apud Oliveira, 2026) destacam que essa mediação transforma o filme em uma "experiência compartilhada", na qual o sentido é construído coletivamente.

A organização colaborativa também é característica recorrente: equipes de estudantes responsáveis pela divulgação, docentes atuando como mediadores culturais, parcerias com cineastas locais e realização de oficinas. Em escolas de Goiânia, há registros de cineclubes que evoluíram para mostras escolares, envolvendo famílias e a comunidade, reforçando o caráter participativo da prática.

No que se refere à Lei nº 13.006/2014, o cineclube escolar possibilita sua operacionalização de forma crítica e contextualizada. O cineclube não se configura apenas como atividade cultural, mas como estratégia pedagógica capaz de estimular o protagonismo estudantil e ampliar o repertório estético, em consonância com a BNCC (BRASIL, 2018) e o Documento Curricular do Estado de Goiás.

Pedagogicamente, o cineclube escolar pós-pandemia desafia o "determinismo tecnológico". O espaço cineclubista deve ser um lugar de horizontalidade e "escuta sensível", onde o debate pós-exibição prioriza a construção de entendimentos intersubjetivos. Ao integrar o audiovisual de forma orgânica aos PPPs, a escola deixa de ser apenas consumidora de imagens para se tornar um polo de produção de sentidos.

Champagnatte e Nunes (2011) esclarecem que a inserção do audiovisual na escola adquire sentido quando vinculada a práticas

reflexivas que consideram as condições sociais, culturais e políticas dos sujeitos. Essa mediação é essencial para que o cineclube cumpra seu papel formativo, transcendendo o mero consumo de imagens.

Almeida (2017, p. 12) reforça que "as pedagogias do olhar estariam menos voltadas a prescrever e conduzir o olhar dos espectadores, dos alunos, dos professores e mais atentas em compreender os diferentes modos pelos quais são produzidos, circulados e interpretados os sentidos e as imagens do cinema". Essa perspectiva desloca o foco da instrumentalização para a compreensão hermenêutica.

Nesse sentido, o cineclube escolar em Goiânia configura-se como dispositivo de emancipação cultural na medida em que promove a formação de sujeitos críticos, capazes de ler o mundo através das imagens e de produzir sentidos próprios sobre sua realidade. Como afirma Napolitano (2018, p. 9), "ler essas imagens é, portanto, ler o próprio mundo. E é por isso que o cinema, este modo sensível de narrar a experiência humana, precisa estar na escola".

Os resultados desse primeiro eixo indicam que a contribuição formativa do cineclube não decorre da simples exibição de filmes. Ela depende da curadoria, do debate, da organização colaborativa e da mediação capaz de relacionar a experiência estética às condições sociais e culturais dos estudantes. O referencial hermenêutico esclarece, assim, por que a formação crítica se desenvolve pela interpretação e pela circulação de sentidos, e não pela imposição de uma leitura única da obra.

4.2. Desafios para a Implementação nas Escolas

Contudo, diversos obstáculos dificultam a consolidação dos cineclubes. A precariedade de infraestrutura — ausência de projetores, caixas de som, telas adequadas — compromete a regularidade das sessões. Em muitos contextos, a realização das atividades depende de equipamentos improvisados ou de recursos pessoais dos professores, evidenciando a falta de investimento institucional (Champagnatte, 2011).

Outro desafio refere-se à insuficiência da formação docente. A mediação crítica do cinema exige competências específicas: leitura crítica das narrativas audiovisuais, compreensão da linguagem cinematográfica, condução de debates reflexivos. No entanto, a formação continuada ofertada aos professores não contempla tais dimensões, limitando o potencial transformador do cineclube.

A burocracia institucional e a falta de reconhecimento formal do cineclube no âmbito da gestão escolar também constituem entraves. Muitas iniciativas surgem como projetos voluntários, pouco visibilizados e desvinculados do Projeto Político-Pedagógico, enfrentando dificuldades para serem incorporadas ao planejamento pedagógico institucional.

As questões de licenciamento e direitos autorais apresentam-se como obstáculos relevantes. A exibição pública de filmes exige observância à legislação vigente, e o desconhecimento das normas legais, aliado ao alto custo das licenças, restringe o acesso a acervos nacionais. Iniciativas como a Programadora Brasil desempenharam papel fundamental na democratização do acesso até sua descontinuidade em 2013.

Observa-se também a dependência de iniciativas externas como fator determinante para a sustentabilidade. As experiências consolidadas tendem a contar com apoio de universidades (UFG, IFG, UEG), secretarias de cultura e festivais regionais. Embora essas parcerias fortaleçam as ações, sua ausência resulta no enfraquecimento ou na interrupção das atividades.

Diante desse cenário, delineiam-se perspectivas para a consolidação do cineclubismo escolar. A primeira refere-se ao fortalecimento institucional: inclusão formal no PPP, previsão de carga horária para professores mediadores, aquisição de equipamentos permanentes e constituição de acervos legalizados. Tais medidas são fundamentais para garantir a continuidade das ações.

Outra perspectiva central diz respeito à formação docente continuada. Universidades e secretarias de educação assumem papel estratégico ao ofertarem cursos de análise fílmica, oficinas de mediação cultural e formações voltadas às questões de direitos autorais. Belloni (2019) e Setton (2021) defendem que a formação em mídia-educação possibilita compreender o audiovisual como linguagem, experiência estética e prática cultural.

A criação de redes de cineclubes escolares constitui-se como estratégia relevante. Inspiradas na atuação da Associação Brasileira de Cineclubes, tais redes podem favorecer o compartilhamento de acervos, a promoção de encontros formativos e a organização de mostras intercolegiais. No contexto goiano, a articulação entre escolas, FICA, cineastas locais e laboratórios universitários revela-se viável e estratégica.

A leitura conjunta desses obstáculos demonstra que infraestrutura, formação e reconhecimento institucional são dimensões interdependentes. A aquisição de equipamentos, isoladamente, não assegura a continuidade do projeto; da mesma forma, a formação docente encontra limites quando não há tempo, acervo, condições de exibição e apoio da gestão. As redes de colaboração podem reduzir parte dessas dificuldades, mas não substituem políticas educacionais permanentes.

4.3. Cineclubismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

No que se refere à integração do cineclube ao desenvolvimento regional, observa-se que essa prática contribui para a formação de público para o cinema goiano, para a valorização das narrativas vinculadas ao Cerrado e para o estímulo à economia criativa local. Assim, o cineclube deixa de se configurar apenas como projeto escolar isolado e passa a integrar o ecossistema cultural regional.

As experiências vivenciadas durante a pandemia evidenciam a possibilidade de ampliação das práticas cineclubistas por meio do ensino híbrido. A incorporação de fóruns de debate on-line, curadorias digitais colaborativas e plataformas de exibição legalizadas potencializa a participação estudantil e contribui para a democratização cultural.

A experiência acumulada durante a pandemia amplia, portanto, as possibilidades de participação, mas também exige cuidado para que o recurso tecnológico não se sobreponha à mediação pedagógica. Fóruns, curadorias digitais e plataformas de exibição podem complementar as sessões presenciais quando favorecem o diálogo, a autoria e o acesso legal às obras.

A articulação entre cineclubismo escolar, políticas públicas e desenvolvimento regional exige, portanto, ações intersetoriais que integrem educação, cultura e tecnologia. Somente assim será possível transformar a obrigatoriedade da Lei nº 13.006/2014 em prática pedagógica significativa, capaz de promover processos de formação crítica e emancipação cultural em territórios goianos.

No recorte goiano, a aproximação entre escolas, produções locais, festivais e universidades relaciona a formação cultural à valorização do território. A contribuição ao desenvolvimento regional ocorre pela formação de público, pela circulação de narrativas sobre o Cerrado, pelo reconhecimento da produção audiovisual local e pelo contato dos estudantes com atividades da economia criativa. Esses efeitos, entretanto, dependem de políticas contínuas e não podem ser atribuídos a iniciativas escolares isoladas.

Em síntese, os três eixos convergem para um mesmo resultado: o potencial educativo do cineclube depende da articulação entre mediação qualificada, condições institucionais e políticas públicas permanentes. O referencial teórico sustenta a experiência cinematográfica como prática estética e interpretativa, enquanto os documentos analisados indicam possibilidades curriculares e limites de implementação. A consolidação da proposta exige planejamento, formação docente, infraestrutura e integração entre educação e cultura.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o cineclube escolar enquanto dispositivo de emancipação cultural e formação crítica em Goiânia, considerando os fundamentos educativos do cinema, os desafios de

implementação e as articulações com políticas públicas para o audiovisual. Retomando os objetivos propostos, foi possível compreender que o cinema, abordado por uma perspectiva hermenêutica, opera em múltiplas dimensões - cognitiva, filosófica, estética, mítica, existencial, antropológica e poética - que contribuem para processos formativos complexos e significativos.

Os achados da pesquisa indicam que o cineclube escolar contribui efetivamente para a ampliação de repertórios culturais e para a formação de sujeitos críticos, na medida em que favorece o desenvolvimento da sensibilidade estética, da capacidade argumentativa e da compreensão de múltiplas narrativas sociais. A experiência coletiva proporcionada pelo cinema potencializa aprendizagens significativas, ao promover a leitura crítica das imagens e dos discursos audiovisuais, conforme apontado na análise desenvolvida.

Contudo, a consolidação dessa prática depende de condições estruturais que ainda são precárias no contexto analisado: infraestrutura adequada, formação docente específica, diretrizes pedagógicas claras e financiamento contínuo. A ausência desses elementos faz com que muitas iniciativas dependam do esforço individual de professores, tornando-as vulneráveis à descontinuidade. Nesse sentido, as parcerias com universidades, festivais e coletivos audiovisuais ampliam o alcance das ações, mas não substituem políticas públicas estruturadas.

Como contribuições, este estudo evidencia a necessidade de formação docente em linguagem audiovisual, reforça o papel do cineclube no desenvolvimento de competências previstas na BNCC e demonstra como o audiovisual pode reduzir distâncias entre a

escola e a cultura digital contemporânea. No âmbito das políticas públicas, aponta-se a urgência de editais específicos para cineclubes escolares e de ações intersetoriais entre MEC, MinC e ANCINE.

Reconhecem-se como limitações do estudo o recorte geográfico com ênfase em Goiás, que impede generalizações para todo o território nacional; a instabilidade das políticas culturais no período investigado, que limitou o acesso a alguns documentos oficiais; e a ausência de acompanhamento empírico das práticas cineclubistas examinadas por meio das fontes. Essas delimitações indicam caminhos para aprofundamentos futuros.

Como encaminhamentos, sugerem-se investigações comparativas entre diferentes estados brasileiros, estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento de cineclubes ao longo do tempo e análises específicas sobre a formação docente em audiovisual. Recomenda-se, ainda, a avaliação de políticas públicas emergentes, especialmente novos editais voltados à integração entre audiovisual e educação.

Reafirma-se, por fim, que o cineclubismo escolar se configura como um dispositivo cultural e pedagógico capaz de transformar a relação dos estudantes com o cinema, a escola e o território. Ao articular estética, crítica e participação, o cineclubes fortalece práticas democráticas, amplia repertórios culturais e promove o letramento midiático necessário à formação no século XXI. Consolidar essa prática como política pública significa reconhecer que cinema e educação não são campos dissociados, mas dimensões complementares da formação humana e do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rogério de. Cinema e educação: fundamentos e perspectivas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1-27, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/kbqWpx6Vq6DszHrBT887CBk>. Acesso em: 26 abr. 2026.

ALMEIDA, Rogério de. Meia-noite em Paris. *In*: ALMEIDA, R.; FERREIRA-SANTOS, M. (Org.). Cinema e Contemporaneidade. São Paulo: Képos, 2012. p. 39-52.

ALMEIDA, Rogério de. Rashômon. *In*: ALMEIDA, R.; FERREIRA-SANTOS, M. (Org.). **O Cinema como Itinerário de Formação**. São Paulo: Képos, 2011. p. 151-174.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELONI, Maria Luiza. **Mídia-educação**: conceitos e práticas. São Paulo: Autores Associados, 2019.

BERGALA, Alain. **A hipótese-cinema**: pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Booklink; CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.

BIAGETTI, Francisco Javier Lillo; ARAÚJO, Rogério Bianchi de (Org.). **O cineclubismo em Goiás** [livro eletrônico]: uma história de resistência e emancipação. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/623/o/ebook-ocineclubismoemgoias-100222.pdf?1645117404>. Acesso em: 8 abr. 2026.

BRASIL. **Agência Nacional do Cinema. Relatórios, editais e políticas de fomento audiovisual 2019-2025.** Brasília: ANCINE, 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Altera a Lei nº 9.394/1996 para instituir a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nas escolas de educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 27 jun. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces.** São Paulo: Cultrix: Pensamento, 1993.

CHAMPAGNATTE, Dostoiewski Mariatt de Oliveira. **A inserção das mídias audiovisuais no contexto escolar.** Educação em Revista, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/GPF6zTjDHXQ885Vmtm48BPD/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

DELEUZE, Gilles. **Cinema:** imagem-movimento. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DELEUZE, Gilles. **Cinema:** imagem-tempo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FANTIN, Mônica; GIRARDELLO, Gilka. **Cultura digital e educação:** contribuições para a formação de professores. São Paulo: Cortez, 2019.

FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação:** reflexões sobre a Lei nº 13.006/2014. 2020. Disponível em: <https://cinead.org/wp-content/uploads/2021/03/Cinema-e-Educacao-a-lei-13.006-1.pdf>.

Acesso em: 30 mar. 2026.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário:** ensaio de antropologia sociológica. São Paulo: É Realizações, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira e cinema:** mediações e representações. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, Helen Tatiana de. **Cineclube na Escola sob as lentes das Políticas Públicas para o Audiovisual no Brasil com Ênfase no Desenvolvimento Regional em Goiás:** análise, desafios e perspectivas. 2026. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário Alves Faria, Goiânia, 2026.

SETTON, Maria da Graça. **Educação e cultura mediática.** São Paulo: Cortez, 2021.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico:** a opacidade e a transparência. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

XAVIER, Ismail. Um cinema que "educa" é um cinema que(nos) faz pensar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 13-20, 2008.

¹ Professora na Secretaria de Educação do Estado de Goiás – SEDUC e da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia - SME. Licenciada em Artes Visuais Pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8641232217791854>.

² Pós-Doutor em Comunicação e Doutor em Educação pela UERJ; Mestre em Educação pela UNESA; Bacharel em Comunicação Social - Cinema pela UFF-RJ e Licenciado em Pedagogia pela Alfamérica. Dostoiewski é Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado em Educação) do Centro Universitário de Inhumas (Goiás) e no Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria, na Linha de Pesquisa Educação e Desenvolvimento Regional. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4459-7537>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2484973026526040>